

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso Administrativo e Tributário

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Domínio avançado dos princípios estruturantes do direito português do contencioso administrativo, com especial enfoque no contencioso relacionado com a actividade contratual pública
- Capacidade de análise e abordagem críticas de acórdãos e artigos doutrinários, numa perspectiva aprofundada e de investigação autónoma, típica do curso de mestrado
- Resolução de problemas jurídicos (sob a forma de hipóteses e casos práticos), dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam actuar nos diferentes contextos profissionais relacionados com o contencioso administrativo e tributário (magistratura, advocacia, exercício de funções nas entidades adjudicantes ou nos agentes económicos)

6. Conteúdos programáticos:

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS: O CONTENCIOSO DA ACTIVIDADE CONTRATUAL PÚBLICA, EM ESPECIAL

§ 1.º – APRESENTAÇÃO GERAL E PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS

1. Âmbito e organização da jurisdição administrativa
2. Apresentação e visão geral dos meios processuais da jurisdição administrativa
3. Princípios gerais do contencioso administrativo português

§ 2.º – O CONTENCIOSO DA ACTIVIDADE CONTRATUAL PÚBLICA, EM ESPECIAL

1. Contratos públicos e âmbito da jurisdição administrativa
2. Contencioso pré-contratual urgente (artigos 100.º ss. CPTA)
 - a) Âmbito e objecto do processo de contencioso pré-contratual urgente
 - b) Prazo
 - c) Legitimidade e interesse em agir
 - d) Tramitação
 - e) Impugnação dos documentos conformadores do procedimento pré-contratual
 - f) Efeito suspensivo automático; medidas provisórias
3. Contencioso pré-contratual não urgente
4. Tutela cautelar específica em matéria de contratos (artigo 132.º CPTA)
5. Contencioso da interpretação, validade e execução dos contratos
 - a) Diversidade de pretensões e objectos. Contencioso sobre actos administrativos contratuais e demais contencioso
 - b) Legitimidade e interesse em agir
 - c) Prazos
 - d) Outros aspectos
6. Execução de sentenças em matéria de contencioso dos contratos

7. Arbitragem e contratos públicos

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A assinalada coerência decorre da escolha de temas de grande actualidade e relevância e de abordagens que contribuem para um aprofundamento significativo de conhecimentos, com importante dimensão de aplicação prática desses conhecimentos.

8. Metodologias de ensino:

Aulas teórico-práticas, expositivas e com interacção com os alunos, no âmbito de um curso de mestrado em direito e prática jurídica. Além da exposição dos temas pelo docente, as aulas incidem sobre a análise crítica de jurisprudência e recensão crítica de bibliografia relevante.

9. Avaliação:

Exame escrito final, juntamente com assiduidade nas aulas e qualidade do trabalho desenvolvido nas mesmas, nos termos do regulamento de avaliação em vigor.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino são consistentes com um curso de mestrado em direito e prática jurídica, em concreto numa unidade curricular de direito processual, na medida em que combinam uma dimensão expositiva com uma grande componente de análise crítica de jurisprudência, não descurando o aprofundamento que caracteriza o nível de mestrado.

11. Bibliografia principal¹:

AROS DE ALMEIDA, MÁRIO, *Manual de Processo Administrativo*, 7.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.

AROS DE ALMEIDA, MÁRIO/CADILHA, CARLOS, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

CADILHA, CARLOS/CADILHA, ANTÓNIO, *O Contencioso Pré-Contratual e o Regime de Invalidade dos Contratos Públicos - Perspetivas Face à Diretiva 2007/66/CE (Segunda Diretiva «Meios Contenciosos»)*, Coimbra: Almedina, 2013.

CALDEIRA, MARCO, *Estudos sobre contencioso pré-contratual*, Lisboa: AAFDL, 2017.

VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Practice (Mestrado em Direito e Prática Jurídica)

1. Curricular Unit Name:

Administrative Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 196
Credits ECTS: 7

¹ Serão fornecidas referências específicas para aprofundamento durante as aulas.

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

5. Learning outcomes of the curricular unit:

- Advanced command of the structuring principles of Portuguese administrative litigation law/administrative justice system, with special focus on litigation related to public contractual activity
- Ability to critically analyse judgments and doctrinal articles and develop autonomous research skills, with the level of depth typical of the master's course
- Solution of legal problems (in the form of practical cases), providing students with tools that allow them to act in the different professional contexts related to administrative litigation (judiciary, counsel, exercise of functions in contracting authorities or economic operators)

6. Syllabus:

PORTUGUESE ADMINISTRATIVE JUSTICE: THE LITIGATION REGARDING PUBLIC CONTRACTS, IN PARTICULAR

§ 1.º – GENERAL PRESENTATION AND PRINCIPLES OF THE PORTUGUESE ADMINISTRATIVE JUSTICE SYSTEM

1. Scope and organization of administrative jurisdiction
2. General overview of the claims and lawsuits in administrative courts
3. General principles of the portuguese system of administrative justice

§ 2.º – THE LITIGATION REGARDING PUBLIC CONTRACTS, IN PARTICULAR

1. Public contracts and scope of Administrative jurisdiction
2. Urgent pre-contractual litigation (articles 100.º ss. CPTA)
 - a) Scope of urgente pre-contractual litigation
 - b) Term
 - c) *Locus standi*
 - d) Procedure
 - e) Challenging the procurement documents
 - f) Automatic suspension of award decisions; interim measures
3. Non urgent litigation
4. Specific interim measures regarding contracts (article 132.º CPTA)
5. Litigation regarding interpretation, validity and performance of contracts
 - a) Diversity of claims. Claims regarding administrative decisions during performance and other claims
 - b) *Locus standi*
 - c) Terms
 - d) Other aspects
6. *Exequator* of judgments regarding public contracts litigation
7. Arbitration and public contracts

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The coherence between contents and objectives stems from the choice of highly pressing and relevant topics and approaches that contribute to a significant deepening of knowledge, with an important dimension of practical application of this knowledge.

8. Teaching methodologies:

Theoretical-practical classes, with interaction with students, within the framework of a master's course in law and legal practice. In addition to the presentation of themes by the professor, the classes focus on the critical analysis of case law and critical review of relevant bibliography.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

The teaching methodologies are consistent with a master's course in law and legal practice, specifically in a curricular unit of procedural law, insofar as they combine an expository dimension with a large component of critical analysis of case law, not neglecting the depth that characterizes the master's level.

10: Evaluation:

Final written exam, together with class attendance and quality of the work carried out during classes, according to the terms of the evaluation regulation in force.

11: Main Bibliography:

AROS DE ALMEIDA, MÁRIO, *Manual de Processo Administrativo*, 7.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.

AROS DE ALMEIDA, MÁRIO/CADILHA, CARLOS, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

CADILHA, CARLOS/CADILHA, ANTÓNIO, *O Contencioso Pré-Contratual e o Regime de Invalidez dos Contratos Públicos - Perspetivas Face à Diretiva 2007/66/CE (Segunda Diretiva «Meios Contenciosos»)*, Coimbra: Almedina, 2013.

CALDEIRA, MARCO, *Estudos sobre contencioso pré-contratual*, Lisboa: AAFDL, 2017.

VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.